

Maternidade e vida acadêmica em universidades públicas: o problema da permanência

Valderlene de Melo Silva¹
Maria do Socorro Borges da Silva²

Resumo

Este estudo refere-se à fase de construção do estado da arte de uma pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida na Universidade Federal do Piauí. O objetivo é analisar a permanência de estudantes mães em algumas universidades públicas federais e estaduais. Para a confecção dessa pesquisa foi realizada revisão bibliográfica e documental. Os estudos analisados apontaram que as estudantes mães enfrentam diversos desafios para permanecerem em seus cursos, dentre eles, jornadas exaustivas de trabalho que implicam no bom desempenho acadêmico; dificuldades para acessar redes de apoio; atraso ou abandono da formação; ausência de políticas públicas que auxiliem nas suas trajetórias de formação, como falta de uma creche universitária e falta de empatia dos professores. Esses fatores contribuem para aumentar a desigualdade das mulheres.

Palavras-chave: Maternidade; Dificuldades de permanência; Universidades públicas.

1. Introdução

Nas últimas décadas houve uma expansão da escolaridade no Brasil que promoveu o aumento do número de vagas no ensino superior público, com isso houve também um aumento significativo do público feminino nesse espaço (Pontes *et al.* 2022; Brasil, 2024), além de afro-brasileiros e estudantes provenientes das classes populares (Prates; Collares, 2014). Porém, embora tenham ocorrido modificações nesse contexto e no mundo do trabalho, com a crescente inserção das mulheres, há ainda que considerar que o público feminino enfrenta dilemas relacionados aos trabalhos domésticos e ao cuidado com os filhos. Bitencourt (2017) pontua que o tema da maternidade não foi totalmente superado pelos debates feministas, uma vez que foram detectadas desigualdades de gênero em muitas relações mostrando que as mulheres têm não só, assumido a maioria dos cuidados com os filhos, como também o trabalho doméstico tem ficado sob sua responsabilidade, além de ter enfrentado barreiras para seu avanço na carreira profissional.

Este estudo refere-se ao momento da pesquisa de Mestrado em Educação aonde é feito o estado da arte. Para abordar a temática objetiva-se analisar a permanência de estudantes mães em cinco universidades públicas, duas federais e três estaduais, quais

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, E-mail: valmelos175@gmail.com.

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI, E-mail: dra.socorroborges.ufpi@gmail.com.

sejam: Universidade Federal do Ceará-UFC, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Universidade Estadual do Ceará-UECE, Universidade Regional do Cariri-URCA, (Silva *et al*, 2023) e Universidade Estadual do Piauí-UESPI (Silva; Souza, 2023). Para a confecção desse estudo foi utilizada a revisão bibliográfica e documental. A parte documental pautou-se no e-book que se intitula Maternidade e universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior e do capítulo de livro Mães que cuidam e estudam: a escolarização nas trajetórias acadêmicas de mães estudantes de um curso de Pedagogia publicado em um e-book. Ressaltamos que os trabalhos analisados abordam outros pontos da relação maternidade e ensino superior, no entanto para este estudo nos atemos ao tópico da permanência.

O texto está dividido em 02 seções. A primeira seção, chamada Maternidade e gênero discute como a concepção de maternidade assume sentidos diferentes, bem como a relação entre maternidade e gênero. A segunda seção, intitulada de Mães na academia: a universidade também é nosso lugar, apresenta uma reflexão sobre a inserção das mulheres no ensino superior público brasileiro, além de analisar a partir dos trabalhos citados a permanência de estudantes mães em universidades públicas federais e estaduais.

2. Maternidade e gênero

A maternidade, embora acompanhe as mulheres ao longo da história, nem sempre apresentou o mesmo sentido social. Para Moraes (2021) a maternidade apresenta arranjos diferentes no percurso histórico, significa dizer, que ser mulher, gestar e amamentar crianças sempre estiveram presentes, porém, com o passar do tempo passaram por modificações na forma como foi representada. A autora acrescenta que essas representações ganharam nova importância que conferiu à mulher um lugar próprio como esposa e mãe dentro do núcleo familiar.

O modo como a maternidade é pensada tem relação como homens e mulheres são representados a partir das relações de gênero. Para Louro (1997) o conceito de gênero surge no contexto do movimento feminista da contemporaneidade, e é apenas no final do século XX que a categoria gênero foi abordada analiticamente (Scott, 1995). De acordo com Scott (1995), é preciso considerar dois elementos constitutivos sobre o gênero, o primeiro elemento diz respeito ao seu caráter relacional, pois se baseia a partir das diferenças percebidas entre os sexos e o segundo elemento, o gênero é percebido

como base das relações de poder. Nestes termos, o gênero faz parte da estrutura social e também está presente no modo como as mulheres são percebidas no cuidado materno.

Badinter (1985) discute que a autoridade paterna estava em voga do século XVI ao século XVIII. No entanto, a autoridade paterna deixa de ser foco quando a criança passa a ser de interesse da sociedade, pois neste caso, a mãe assume a centralidade, em detrimento da figura paternal. Embora seja a maternidade valorizada ou mesmo depreciada pela sociedade, a mulher se constituirá uma boa mãe em alguma medida.

Neste sentido, com a burguesia em ascensão e também um novo modelo econômica, a sobrevivência das crianças ganha maior destaque. Após o século XVIII e especialmente no século XIX, surge uma nova dimensão da maternidade e a criança detém maior atenção materna (Moura; Araújo, 2024). Salienta-se que essa concepção de maternidade e feminilidade em voga nesse período não se estendia às mulheres escravizadas “na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava [...] cujo valor monetário podia ser calculado [...] a partir de sua capacidade de se multiplicar” (Davis, 2016, p. 19).

O tema maternidade passa a ganhar maior destaque na segunda metade do século XX. Baia (2021) assinala que na metade da década de 1960 houve discussões notórias em todo o mundo, especialmente na Europa, sobre o tema mulher e maternidade. A autora menciona ainda que é importante ressaltar que no seu livro *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir no ano 1949, já havia feito uma discussão sobre o assunto que versava sobre “oposições sobre os diversos discursos essencialistas, de diferentes ordens vigentes até então, a respeito das mulheres” (Baia, 2021, p. 23). É importante destacar que quando o tema da maternidade ganha espaço nas discussões, na década de 1970, foi homogênea e excludente, pois foi restrito a uma perspectiva ocidental, eurocentrada e não pautada na perspectiva de raça (Baia, 2021).

Para Scavone (2004) a maternidade é um fenômeno social marcado por desigualdades de gênero, social e racial. Sendo assim, a experiência da maternidade não terá as mesmas mudanças e efeitos da mesma maneira para todas as mulheres, culturas ou países, embora, considere que haja um paradigma de maternidade hegemônico nas sociedades atuais, uma voltada para famílias com característica gerais de poucos filhos e de mães que realizam atividades remuneradas fora de casa.

Portanto, pensar a maternidade no contexto acadêmico, em específico, a permanência, não deve ser deslocado da realidade social que as mulheres vivenciam,

como sendo, por exemplo, as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças, além também de muitas serem de baixa renda.

2. Mães na academia: a universidade também é nosso lugar

A permanência no ensino superior por parte das mulheres, de acordo com Rocha e Cruz (2023), sobretudo, deve ser debatida. Travar esse debate é importante, pois a relação entre maternidade e ensino superior se apresenta com muitos desafios, especialmente, para mulheres das classes populares que dispõem de poucos recursos (Silva; Souza, 2023).

A inserção na universidade e no mercado de trabalho por parte das mulheres são resultados de lutas do movimento feminista. Para Scavone (2004) foi no final do século XVIII que ocorreram as primeiras reivindicações do movimento feminista no contexto das revoluções democráticas “no qual se destaca a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, redigida por Olympe de Gouges em 1791, contestando a exclusão das mulheres dos direitos universais proclamados pela Revolução Francesa de 1789” (Scavone, 2004, p. 25). A mesma autora acrescenta que no século XIX a luta feminista centrou-se nos direitos à educação, ao trabalho, e em especial ao voto, considerados direitos básicos da cidadania.

É importante lembrar que as lutas feministas que durante mais de dois séculos tornaram visíveis as desigualdades tanto sexuais, quanto, políticas, sociais e econômicas,

se contextualiza com a emergência da sociedade urbano-industrial moderna no começo do século XX, marcada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, que se ampliou no decorrer do século. As mulheres passaram a ter dupla jornada de trabalho – doméstica e extradoméstica – e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar” (Scavone, 2004, p. 25).

Neste sentido, podemos afirmar que embora as mulheres tenham adentrado no mercado de trabalho com as mudanças no contexto econômico, os cuidados com as crianças e os afazeres domésticos ainda permaneceram ligados sobremaneira às mulheres gerando para elas uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

Porém, é importante lembrar que essas lutas estavam inicialmente ligadas às mulheres brancas e da classe média. Baia (2021) assinala que nos movimentos feministas de hegemonia no Brasil, bem como nos Estados Unidos, muitas questões que dizem respeito às mulheres negras, foram negligenciadas.

No entanto, a presença das mulheres neste nível de ensino, não constitui, necessariamente, na existência de condições para sua permanência, pois em muitos casos as jornadas são exaustivas e os desafios frequentes, frutos, dentre outros, da divisão sexual do trabalho, que responsabiliza as mulheres pelo espaço domiciliar, tendo que, em muitos casos, acrescentar à sua rotina, estudo, trabalho e cuidado com a prole (Martins; Santana, 2023). As autoras ressaltam que de maneira interseccional, mulheres mães pobres e negras estão mais sujeitas a sofrer com esses agravantes, e que, em muitos casos não rompem sequer, as barreiras para o ingresso na universidade.

Rocha e Cruz (2023) falam da importância de discutir a permanência das mulheres na academia, pois tanto dados quanto relatos mostram os desafios que as mulheres enfrentam para a conciliação entre estudo e vida acadêmica. Reflexões realizadas em cinco instituições de educação superior pública, a saber, Universidade Federal do Ceará-UFC, Universidade Estadual do Ceará-UECE, Universidade Regional do Cariri-URCA, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (Silva *et al*, 2023) e Universidade Estadual do Piauí-UESPI (Silva; Souza, 2023) sobre maternidade e universidade, demonstraram que compartilham de realidades similares, no que tange a experiência das mulheres nessas academias.

Esses estudos revelaram que as estudantes mães enfrentam uma série de desafios para sua permanência na academia. Podemos citar as jornadas de trabalho exaustivas que implicam no melhor desempenho acadêmico, a ausência ou poucas políticas de acolhimento tanto para as mães quanto para seus filhos como auxílio creche e creches universitárias, dificuldades para acessar redes de apoio, abandono e atraso na formação, falta de empatia por parte dos professores quando é necessário levarem seus filhos para a aula. Além disso, Silva (2023, p. 57) pontua

que são recorrentes, as situações de abuso e assédios morais, como desligamento das bolsas de estudo em razão da gravidez/maternidade, expulsão de sala de aula, constrangimento em público e advertência na residência universitária, por levarem seus filhos aos locais, além dos empecilhos para estas alunas se engajarem em eventos e projetos de pesquisa ou extensão, pelo motivo de não ter com quem ficar com seus filhos.

São muitos os desafios enfrentados pelas estudantes mães para permanecerem no ensino superior tanto de ordem institucional quando a universidade não disponibiliza de dispositivos que possam garantir a permanência desse público na academia, quanto de ordem estrutural, “visto que a divisão do trabalho obriga as mulheres aos cuidados

com os filhos, casa, o que gera uma sobrecarga” (Santos; Nunes, 2023, p. 79), portanto ao ingressarem no ensino superior as mulheres mães se veem com dupla ou tripla jornada de trabalho podendo dificultar seu rendimento acadêmico. Importante levar em consideração também quando se trata de mães negras na academia, como nos diz Santos e Nunes (2023, p. 79) “com o recorte racial, entendemos que, em cima dessas dificuldades, se encontra o racismo, o que acaba sendo um ponto negativo a mais, fazendo diferença em todo processo”.

4. Considerações finais

Esses estudos revelaram que as estudantes mães enfrentam uma série de desafios para sua permanência na academia de ordem institucional e estrutural. Podemos citar a divisão desigual dos cuidados com as crianças e afazeres domésticos resultado das relações de gênero, jornadas de trabalho exaustivas que implicam no melhor desempenho acadêmico, a ausência ou poucas políticas de acolhimento tanto para as mães quanto para seus filhos, dificuldades para acessar redes de apoio, abandono e atraso na formação, dentre outros. Além disso, como apontou um dos textos, estudantes mães negras, principalmente aquelas que tem baixa renda são negligenciadas em seus direitos de permanecer na educação superior (Silva, 2023). Desta maneira, “faz-se urgente implementar políticas educacionais focalizadas para que, enquanto universidade integrada que cumpre sua função social” (Silva, 2023, p 58), haja garantias que o público de mulheres mães em suas diversidades tenham acesso e permanência, além de qualidade na formação.

Referências

- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor?** Narrativas de mulheres negras sobre maternidade. Curitiba: Apriss, 2021.
- BITENCOURT, Silvana Maria. **Maternidade e universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero**. Caxambu, 2017.
- BRASIL. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília: Inep/Mec, 2024. 36 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-41.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, Eloá Cristina Arruda; SANTANA, Juliana Silva. Mães Universitárias: experiências de graduadas do curso de ciências biológicas da Universidade Estadual do Ceará (2015-2021). In: SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira et al. (Org.). **Maternidade & universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior**. **Edições AINPGP**, Cajazeiras, p. 30-40, 2023. Disponível em: <https://ainpgp.org/wp-content/uploads/2023/11/Universidade-e-Maternidade.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MORAES, Mirtes de. **Maternidade**: uma análise sociocultural. Curitiba: Apris, 2021.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia ciência e profissão**, n. 24, p. 44-55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PONTES, Vivian Volkmer *et al.* **Transição para a maternidade na trajetória acadêmica**: estratégias de reparação dinâmica do *self* e de resistência no campo social de jovens universitárias. Campinas, 2022.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; COLLARES, Ana Cristina Murta. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea**: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

SANTOS, Carla Karoline Barbosa dos; NUNES, Cícera. Mães negras e o curso de Pedagogia na URCA: dificuldades de permanência das estudantes durante a pandemia da COVID 19. In: SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira *et al.* (Org.). **Maternidade & universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior**. **Edições AINPGP**, Cajazeiras, p. 30-40, 2023. Disponível em: <https://ainpgp.org/wp-content/uploads/2023/11/Universidade-e-Maternidade.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**: feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: editora Unesp, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidades**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira *et al.* Apresentação. In: SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira et al. (Org.). **Maternidade & universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior**. **Edições AINPGP**, Cajazeiras, p. 09-13, 2023. Disponível em: <https://ainpgp.org/wp-content/uploads/2023/11/Universidade-e-Maternidade.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SILVA, Livia Maria Nascimento. Maternidade, acesso e permanência na educação superior: uma análise na Universidade Regional do Cariri. In: SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira et al. (Org.). Maternidade & universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior. **Edições AINPGP**, Cajazeiras, p. 41-60, 2023. Disponível em: <https://ainpgp.org/wp-content/uploads/2023/11/Universidade-e-Maternidade.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SILVA, Valderlene de Melo; Souza, Rebeca Hennemann Vergara de Souza. Mães que cuidam e estudam: a escolarização nas trajetórias acadêmicas de mães estudantes de um curso de Pedagogia. In: GONÇALVES, Maria Célia da Silva; PIMENTA, Daniela Cristina Freitas Garcia Pimenta (Org.). Educação e Conhecimento. **Editora Poisson**, Belo Horizonte, p. 149- 166, 2023. Disponível em: <https://poisson.com.br/2018/produto/educação-e-conhecimento-volume-3/>. Acesso em: 01 ago. 2023.